

Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 15 – 7 de setembro de 2006



Vejam neste Número

Dívida e Eleições

Qual o posicionamento dos candidatos à presidência sobre a dívida e as reformas neoliberais impostas pelos credores?
(pág 4)

Números da Dívida em 2006

Vejam quanto o país pagou de juros nos 7 primeiros meses de 2006, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Dívida “Interna”: Nova face do endividamento externo

Vejam como os investidores estrangeiros ganham com a dívida “interna” (pág 6)

Governo troca dívida externa por interna: bom negócio?

As recentes operações de pagamento antecipado da dívida externa significam, na realidade, aumento da dívida “interna”, com juros maiores e prazos menores (pág 9)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 8147-1196

auditoriacidada@terra.com.br

www.divida-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil

Contato: (11) 3112-1524

jubileubrasil@terra.com.br

www.jubileubrasil.org.br

Participe das Mobilizações de Setembro

Enquanto o FMI e o Banco Mundial fazem sua reunião anual, os movimentos sociais protestam no mundo inteiro (pág 11)

Formado o Conselho Político da Auditoria Cidadã

Desde março de 2006 dezenas de entidades implementam as ações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida (pág 12)

Números da Dívida em 2006

Vejam quanto o país pagou de juros nos 7 primeiros meses de 2006, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais.

De janeiro a julho de 2006, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário (isto é, a economia de recursos para o pagamento da dívida, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos) equivalente a R\$ 62,8 bilhões ou 5,39% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante estes 7 meses). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar os juros da dívida, que atingiram 8,16% do PIB no período. Isto significa que, de cada R\$ 100 de toda a riqueza produzida pelo país nestes 7 meses, R\$ 8,16 foram destinados para os juros da dívida.

É como no Brasil-Colônia, quando Portugal se considerava credor do Brasil, e exigia o pagamento de um tributo de 20% sobre a produção de ouro (o chamado “quinto”). Embora o “quinto” dos dias de hoje esteja, portanto, em 8,16%, ele incide sobre toda a economia, e não apenas sobre a produção de ouro.

Considerando-se a evolução do superávit primário somente do governo federal, vemos que ele veio subindo ano após ano: atingiu 3,74% do PIB nos 7 primeiros meses de 2003, 4,03% no mesmo período de 2004 e 4,26% em 2005. Curiosamente, nos primeiros 7 meses de 2006, o superávit caiu para 3,62% do PIB. Fica a pergunta: porque somente em um ano eleitoral o governo federal reduz o superávit primário?

Analisando-se a execução do orçamento federal no primeiro semestre de 2006, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 347 bilhões) apresentada no Gráfico I. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 34,36% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,19% dos gastos), Transporte (0,16%), Ciência e Tecnologia (0,26%), Habitação e Saneamento (0,00%).

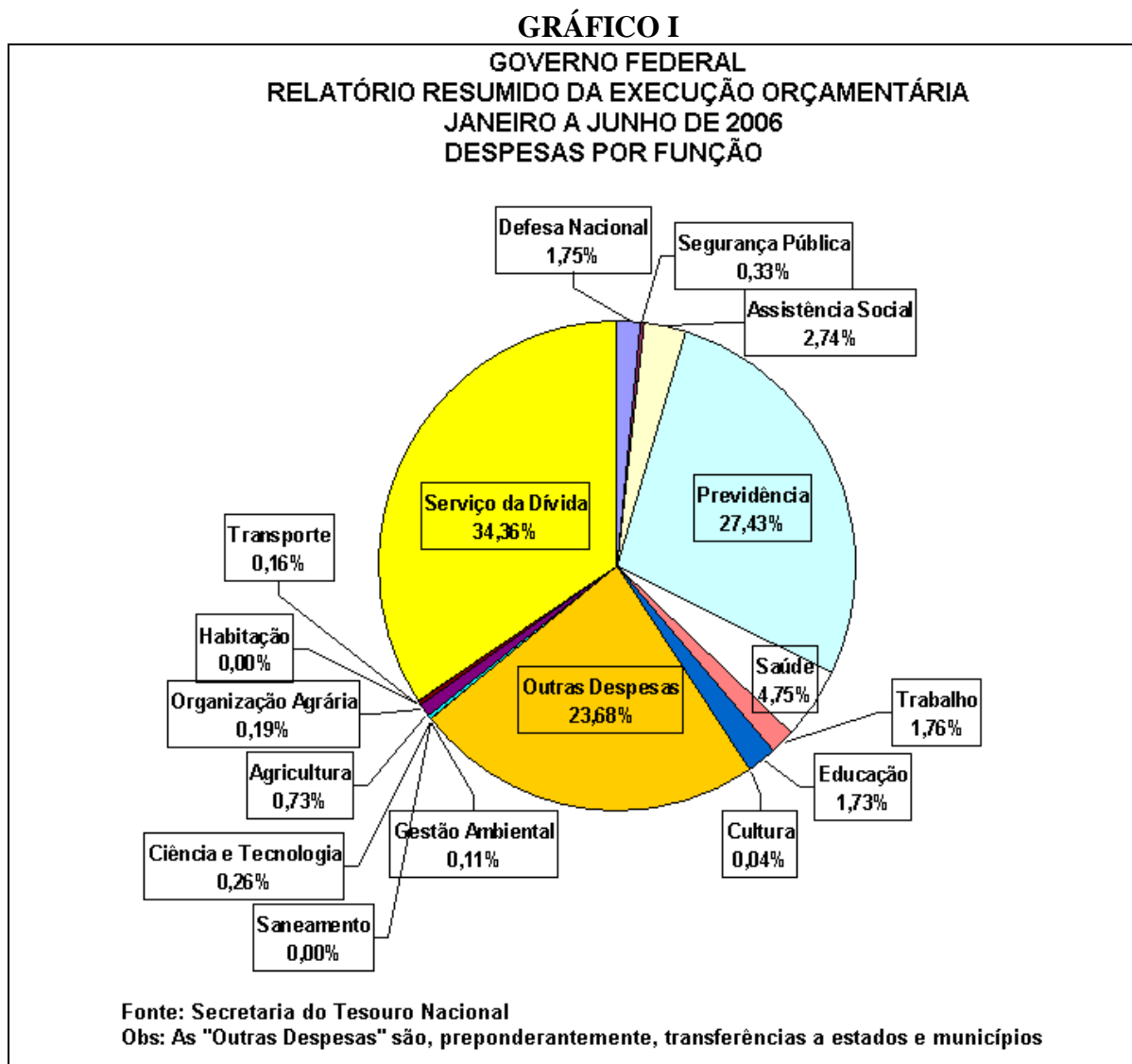
O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no Gráfico I. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 61% do total! As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente coloca o Tesouro de joelhos para rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos.

O mais grave é que todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal neste período. De dezembro de 2005 a julho de 2006, esta dívida cresceu de R\$ 1,002 trilhão para R\$ 1,109 trilhão, ou seja, um crescimento de nada menos que 11% em apenas 7 meses. Em valores absolutos, esta dívida cresceu R\$ 107 bilhões de janeiro a julho, valor este equivalente a seis vezes todo o gasto com saúde no período.

Ou seja: para os banqueiros tudo! Para o social, migalhas!

No que se refere à dívida externa, o governo tem efetuado pagamentos antecipados, procurando difundir a idéia de que esta dívida não é mais problema. Porém, mesmo com os pagamentos antecipados ao FMI, ao Clube de Paris e aos credores dos títulos “Bradies”, a dívida externa ainda é um grande problema e tem influenciado o comportamento da economia nacional em vários setores (agrícola, por exemplo). Apesar dos pagamentos, esta dívida caiu de US\$ 202 bilhões em setembro de 2005 para US\$

178 bilhões em julho de 2006, portanto, ainda é elevada. Importante ressaltar também que estas operações de pagamento antecipado da dívida externa significam aumento da dívida interna, sobre a qual incidem os juros mais altos e prazos mais curtos (ver artigo da página 9).



Com relação às contas externas, é impressionante o aumento das remessas de lucros das filiais de transnacionais para suas matrizes no exterior. No início dos anos 90 estas remessas somavam pouco mais de US\$ 2 bilhões por ano, e subiram bastante após o processo de privatizações, atingindo US\$ 5,1 bilhões em 2002. Em 2005, elas atingiram o recorde histórico de US\$ 12,7 bilhões, e apenas nos 7 primeiros meses de 2006 foram de US\$ 9,7 bilhões, ou seja, um aumento de 43% em relação ao mesmo período de 2005.

Considerando também as remessas de juros de janeiro a julho de 2006 (US\$ 6,9 bilhões), e as amortizações da dívida externa (US\$ 28 bilhões), chegamos a um total de US\$ 44,6 bilhões enviados ao exterior nos primeiros 7 meses de 2006. Valor este superior ao saldo comercial do período, de US\$ 25 bilhões. Ou seja: estamos dependentes do ingresso de capitais estrangeiros, e a qualquer crise financeira internacional teremos dificuldades para pagar nossos compromissos com o exterior. Importante ressaltar também que nossa vulnerabilidade externa também passa pela dívida interna, uma vez que ela tem como credores muitos investidores estrangeiros. Ou seja: a vulnerabilidade externa do país não se reduzirá sem a implantação de efetivo controle dos fluxos de capitais. (ver artigo da pág 6).

Dívida e Eleições

Qual o posicionamento dos candidatos à presidência sobre a dívida e as reformas neoliberais impostas pelos credores?

Nestas eleições, é importante sabermos o que cada candidato pensa sobre a questão do endividamento. Afinal, é esta a principal questão do país na atualidade. Como pode um país gastar com sua dívida um valor 4 vezes maior que as despesas com saúde, ou 9 vezes o que destina à educação, ou 35 vezes os gastos com Reforma Agrária? Ora, está claro que aquele candidato que promete melhorar significativamente os serviços públicos sem tocar no tema da dívida está mentindo aos eleitores. Além do mais, sabemos que é devido à pressão dos países credores que o Brasil tem realizado reformas neoliberais, como a Previdenciária, Tributária, etc.

Comecemos pelos dois candidatos dos dois maiores partidos: PT e PSDB. Uma mostra do que os candidatos Lula e Alckmin vão fazer com relação à dívida pública caso eleitos é o que seus partidos já fizeram quando obtiveram o poder. Em primeiro lugar, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) endividou o país como nunca. Multiplicou por dez a dívida interna e aumentou a dívida externa em 50%. Iniciou a política de superávits primários em 1999, dando total prioridade ao pagamento da dívida. Fez a primeira reforma da Previdência, aprovando a Emenda Constitucional nº 20, que aumentou os requisitos para a aposentadoria dos servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Realizou também uma reforma tributária silenciosa, aumentando os tributos pagos pelos mais pobres, por meio da criação de novos tributos (como a CPMF) e do aumento de tributos já existentes, como a COFINS.

FHC também criou a “Lei de Responsabilidade Fiscal” (Lei Complementar n. 101 / 2000, que limita os gastos sociais e não impõe limites aos gastos com a dívida), e a Desvinculação das Receitas da União (DRU, instituída pela Emenda Constitucional 27/2000, que permite o desvio de recursos da previdência, saúde e de outras áreas sociais para o pagamento da dívida). FHC fez ainda o maior processo de privatização da história, vendendo estatais estratégicas e lucrativas a preço de banana, usando métodos escusos que nunca ele permitiu

que fossem investigados. O que aumentou nosso endividamento público, visto que os novos donos das ex-estatais passaram a importar matérias primas e remeter lucros para o exterior. O processo de privatizações também provocou o aumento das tarifas públicas, levando o governo a manter os juros altos para segurar a inflação, o que fez explodir a dívida “interna”.

FHC ainda isentou de CPMF os investidores da Bolsa de Valores (Emenda Constitucional 37/2002), liberalizou ainda mais o fluxo de capitais financeiros (através da edição de normas do Banco Central) e permitiu que os estrangeiros operassem derivativos na Bolsa de Mercadorias e Futuros, estimulando, assim, a participação dos estrangeiros na dívida “interna”.

Por sua vez, Lula, ao assumir a presidência em 2003, aumentou ainda mais o superávit primário, fez a Reforma Tributária (Emenda Constitucional 42/2003, prorrogando a CPMF e a DRU, e isentando de tributos o capital estrangeiro), manteve a Lei de Responsabilidade Fiscal, e ainda realizou as reformas da previdência (Emenda Constitucional 41/2003, que atingiu duramente os servidores públicos) e da Lei de Falências (Lei Complementar 118/2005), privilegiando os banqueiros. Iniciou a Reforma Universitária (Lei 11.096/2005, isentando de tributos as faculdades privadas), a Independência do Banco Central (aprovando a Emenda Constitucional 41/2003), prosseguiu as privatizações das jazidas de petróleo e criou as Parcerias Público-Privadas, nova modalidade de privatização dos serviços públicos.

Recentemente, o governo Lula propôs a adoção da política do chamado “Déficit Nominal Zero”, que, em termos simples, significaria mais aumento do superávit primário e redução de gastos sociais. O mentor desta política, o economista Delfim Netto (um dos principais responsáveis pelo endividamento externo durante a ditadura militar) dia 26/08/2006 deu entrevista ao jornal Folha de São Paulo, onde afirmou que *“o presidente Lula participou de todas as reuniões [sobre o déficit nominal zero] (...) Dias antes do escândalo do mensalão, o*

presidente disse: “Eu topo”. Delfim também afirmou que somente Lula pode executar as reformas trabalhista e previdenciária, “ porque o trabalhador acredita nele.”

De fato, a reforma da Previdência de 2003 foi muito mais facilmente aprovada do que seria caso o PSDB estivesse na presidência, uma vez que foi o próprio PT que havia lutado contra esta reforma no Parlamento, quando estava na oposição.

Seguindo adiante pelos candidatos à Presidência, a candidata Heloísa Helena, da Frente de Esquerda (P-SOL, PCB e PSTU) ainda não divulgou seu programa de governo. Já o candidato Cristóvam Buarque (PDT), em seu programa de governo (disponível no site <http://www.cristovam12.com.br/index2.php?page=propostas>), nada propõe com relação à dívida, apesar de reconhecer que “A dívida pública já chega à casa do trilhão de reais e segue aumentando, em função dos juros altos.”

O candidato Luciano Bivar (PSL), propõe em seu programa de governo (disponível no site http://www.pslnacional.org.br/imagens/t04noticias/cartilha_bivar.pdf) a conversão da dívida externa em permissão de exploração de infraestrutura pública, “através da construção de

uma Auto-Estrada de Norte a Sul do País, seguindo o modelo das Auto-Estradas Europeias, cujo financiamento caberá aos credores da dívida externa brasileira e a quem caberá a cobrança de pedágios, por um período de até 50 anos.” Sobre a Dívida Interna, o candidato defende a “redução a zero do depósito compulsório bancário, o que, por consequência, provocará a diminuição dos juros de mercado e a redução do endividamento.” Propõe ainda anistia para as dívidas dos Estados e municípios com a União. De todas, esta é a proposta mais extremista de benefício aos banqueiros e ao capital estrangeiro, e de prejuízo sustentado à nação e ao povo.

E o candidato José Maria Eymael (PSDC) não menciona a questão da dívida pública em seu programa de governo.

Em suma: até agora, nenhum dos candidatos divulgou programa de governo afirmando que realizará a auditoria da dívida pública brasileira, prevista na Constituição Federal. Cabe ao eleitor exigir que seu candidato (não apenas à presidência, mas aos demais cargos) assuma compromisso com a auditoria, sob pena de suas promessas de campanha representarem apenas ilusões, em um país que destina a maior parte de seu orçamento para o pagamento da dívida pública.

Dívida “Interna”: Nova face do endividamento externo

Vejam como os investidores estrangeiros ganham com a dívida “interna”

É comum o governo e a grande mídia afirmarem que a dívida externa é uma questão do passado, e que a dívida “interna”, por sua vez, beneficia principalmente os pequenos investidores nacionais, que sairiam prejudicados com um eventual não-pagamento.

Se observarmos os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu Relatório da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna de Julho de 2006 (disponível no site http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/relatorios_divi_da_publica.asp), no Quadro 7, constatamos que os bancos (a rubrica “Carteira Própria”) possuem R\$ 313 bilhões em títulos da dívida interna; os chamados “Fundos de Investimento” detêm R\$ 480 bilhões; enquanto as empresas não financeiras detêm R\$ 61 bilhões. A partir daí, pareceria que os bancos apenas deteriam cerca de 30% da dívida interna (cujo estoque atual é de cerca de R\$ 1 trilhão).

Porém, na mesma tabela há uma rubrica denominada “Títulos Vinculados”, cujo saldo é bastante relevante, de R\$ 108 bilhões. Isto significa títulos de instituições financeiras depositados como garantia de operações em Bolsa de Valores, ou retidos no Banco Central para compulsório bancário. Traduzindo o economês: são títulos também dos bancos, sobre os quais estes ganham as taxas de juros mais altas do mundo.

E se formos ao “Anexo VI – D” do mesmo Relatório, veremos que existe uma parcela da Dívida Interna chamada “Operações de Mercado Aberto”, com nada menos que R\$ 96 bilhões, que são operações de compra de moeda pelo governo para regular a base monetária. Traduzindo novamente o economês: são títulos dos bancos, que também rendem a eles a taxa de juros mais alta do mundo, e que não constam no Quadro 7 do Relatório.

Segundo dados do Informe Estatístico da Previdência Complementar, de dezembro de 2005, os Fundos de Pensão possuem cerca de R\$ 186 bilhões aplicados em títulos públicos, sendo a

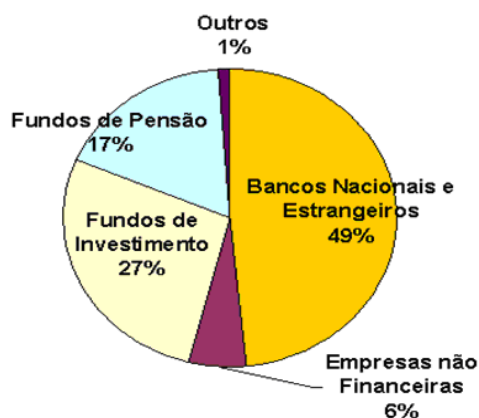
maioria através de Fundos de Investimento.

Portanto, se subtraímos dos Fundos de Investimento os recursos dos Fundos de Pensão, e considerando os novos dados colocados anteriormente, chegamos à situação demonstrada no gráfico abaixo.

Sobre os Fundos de Investimento, é comum o governo afirmar que são aplicações de pequenos poupadores. Apesar de qualquer pessoa poder participar destes fundos (ao investir o que sobra de sua conta bancária), sabemos que esta parcela da dívida interna tem como principais beneficiários grandes investidores, empresas privadas e até mesmo investidores estrangeiros. Aliás, a maior parte das famílias brasileiras não têm a possibilidade de fazer estes investimentos, uma vez que não possuem conta bancária, e quando possuem, o salário mal dá para cobrir as despesas do mês, isto quando não estão endividadas no cartão de crédito, no cheque especial ou no chamado “crédito com desconto em folha”.

Interessante observarmos também que, apesar dos sucessivos governos afirmarem sempre que os pequenos investidores – inclusive a classe média brasileira – seriam os principais participantes destes fundos, o governo se nega a disponibilizar dados que possam confirmar esta afirmação.

CREDORES DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Previdência Complementar
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Em resposta ao Requerimento 3513/2005, da Câmara dos Deputados, que solicitava a participação dos grandes e pequenos investidores dos Fundos de Investimento (sobre o qual falamos no Boletim anterior), o governo respondeu: “*por não ser a entidade supervisora de (...) fundos de investimento, o Banco Central não detém os dados de seus participantes ou cotistas.*”

É interessante ressaltar também que, segundo a Comissão de Valores Mobiliários, os participantes de Fundos de Investimento (que aplicam em títulos da dívida interna) são 5 milhões, ou seja, 2,7% da população brasileira.

Uma última questão a ser ressaltada, com base no gráfico, é a participação dos Fundos de Pensão, que têm crescido no país devido à deterioração da previdência pública no país. Com benefícios de aposentadoria cada vez menores, e falaciosa propaganda sobre o déficit da previdência pública, as pessoas são induzidas a aderir a estes Fundos. Porém, na hora de uma crise da dívida, são estes fundos os primeiros a sofrerem perdas. Na Argentina, por exemplo, quando o governo decretou a moratória da dívida, em 2002, os Fundos de Pensão foram os maiores prejudicados, perdendo cerca de 75% de seu patrimônio, prejuízo que foi repassado aos beneficiários desses fundos. Por outro lado, os grandes credores da dívida, que acompanham o mercado financeiro todos os dias e muitas vezes detêm informações privilegiadas, puderam, a tempo, enviar capitais ao exterior. E aqui no Brasil? Qual o futuro dos milhões de trabalhadores que estão investindo em fundos de pensão que não dão a garantia de benefício definido, extamente porque são, em grande parte, respaldados em títulos da dívida pública?

Mas a principal questão é que o Relatório do Tesouro Nacional não informa a participação dos bancos e investidores estrangeiros dentro das rubricas “Títulos Vinculados”, “Operações de Mercado Aberto” e “Fundos de Investimento”. Uma pista sobre a participação destes investidores externos pode ser dada por determinados tipos de operações financeiras, efetuadas por bancos estrangeiros.

Uma destas operações se chama NDF, na sigla em inglês (“*Non-deliverable Forward*”), que consiste, no final das contas, em um investimento estrangeiro em um título da dívida interna. No início de 2005, estimativas

indicavam que estas operações atingiam cerca de US\$ 70 bilhões. Porém, o volume real pode ser bem maior, uma vez que são operações feitas entre os investidores, muitas vezes sem registro pelo Banco Central. Como se dá esta operação?

O investidor estrangeiro, no exterior, contacta um banco transnacional que possua uma filial no Brasil e faz uma espécie de “contrato de investimento”, no qual o banco irá comprar títulos da dívida interna brasileira (ou irá aplicar recursos em fundos de investimento brasileiros), repassando os ganhos da aplicação para o investidor externo, mediante, claro, uma boa taxa de administração.

O detalhe é que os dólares do investidor externo não entram no país. No final da operação, o banco estrangeiro embolsa sua taxa de administração, e paga apenas o juro para o investidor. Esta é uma inovação da globalização financeira, que faz com que não seja necessária a movimentação real de moeda, mas apenas a utilização de bancos de dados que registrem as transações financeiras, e ao final destas operações, sejam pagos apenas os ganhos das operações aos investidores, verdadeiras bolhas fictícias, resultado de meras transações escriturais. É um mundo virtual de negócios totalmente isento de impostos e de fiscalização, e que muitas vezes se utiliza de paraísos fiscais.

Admitindo-se uma taxa de juros de 14% ao ano, e um estoque de NDFs de US\$ 70 bilhões, podemos estimar que os ganhos anuais dos estrangeiros seriam de quase US\$ 10 bilhões, ou seja, cerca de 70% das atuais remessas de juros da dívida externa brasileira! Ora, está claro que a dívida “interna” não passa de uma reciclagem do clássico mecanismo da dívida externa. Além dessas, há muitas possibilidades de outras operações financeiras realizadas diretamente por investidores e bancos estrangeiros que, diante da total liberalização financeira, podem adquirir títulos da dívida interna brasileira, ou aplicar em fundos de investimento no Brasil. Por isso, não se pode dizer que a dívida interna é uma dívida para com os brasileiros.

Enquanto o governo brasileiro divulga a falácia de que a dívida externa “acabou”, e que não há mais dependência ou vulnerabilidade externa, os investidores estrangeiros, por meio de operações virtuais, continuam colocando o governo de joelhos. Um bom exemplo disso é o que ocorreu em maio deste ano.

No início do ano, o governo isentou de Imposto de Renda os estrangeiros que investirem na dívida interna brasileira, alegando que esses investidores teriam a propensão de comprar títulos de maior prazo, o que melhoraria o perfil da dívida interna. Porém, logo após, em maio, a turbulência da alta de juros nos Estados Unidos fez com que estes investidores, que haviam acabado de comprar os títulos brasileiros, fugissem desesperadamente para o exterior, em busca de juros mais altos. O detalhe é que os estrangeiros não conseguiram se desfazer de seus títulos de longo prazo, pois ninguém queria comprá-los antes do vencimento. Ou seja: para saírem do país, os investidores teriam de vender os títulos a um valor muito menor do que compraram.

Então, furiosos, dia 24/05/2006 eles começaram a inverter suas operações no país (em termos simples: fugir do país), pressionando a cotação do dólar, o que obrigaria o governo a subir os juros para estimulá-los a permanecer no Brasil. Um aumento nos juros traria prejuízos a Lula em um ano eleitoral. Naquele momento, o governo preferiu simplesmente torrar R\$ 4 bilhões para recomprar antecipadamente os títulos dos estrangeiros, por seu valor total, pagando esse alto preço e ainda permitindo a

fuga de capitais, de forma a manter em “alta” a confiança dos mercados financeiros!

Trocando em miúdos: é impressionante a ditadura que os mercados exercem sobre nós, com a cumplicidade do governo. Ao invés de controlar os fluxos de capitais, o governo prefere torrar em apenas 3 dias R\$ 4 bilhões (valor este equivalente a todos os gastos com Reforma Agrária em todo o ano de 2005) para satisfazer aos estrangeiros, comprando antecipadamente títulos por seu valor de face.

Analisando tais fatos, podemos compreender porque os bancos comerciais estão obtendo lucros bilionários, enquanto o Banco Central registrou **prejuízo** de R\$ 10,45 bilhões em 2005 e de R\$ 12,5 bilhões no primeiro semestre de 2006.

Ao mesmo tempo em que controla a conta gotas os gastos sociais, autoriza imediatamente qualquer gasto para preservar a “confiança dos mercados”. Apenas uma profunda auditoria poderá mostrar todos os prejuízos destas operações, que apenas favorecem poucos investidores estrangeiros.

AUDITORIA JÁ!

Governo troca dívida externa por interna: bom negócio?

As recentes operações de pagamento antecipado da dívida externa significam, na realidade, aumento da dívida “interna”, com juros maiores e prazos menores

A partir do final de 2005, o governo começou a pagar antecipadamente algumas partes da dívida externa. Em dezembro de 2005, pagou US\$ 15,5 bilhões ao FMI; no início de 2006 também eliminou a dívida com o Clube de Paris (associação dos governos credores), pagando US\$ 1,8 bilhão; e pagou mais US\$ 6,64 bilhões pelo resgate antecipado de títulos “Brady”. Recentemente, o governo anunciou que pagará antecipadamente mais títulos da dívida externa, operações estas que devem somar US\$ 20 bilhões em 2006.

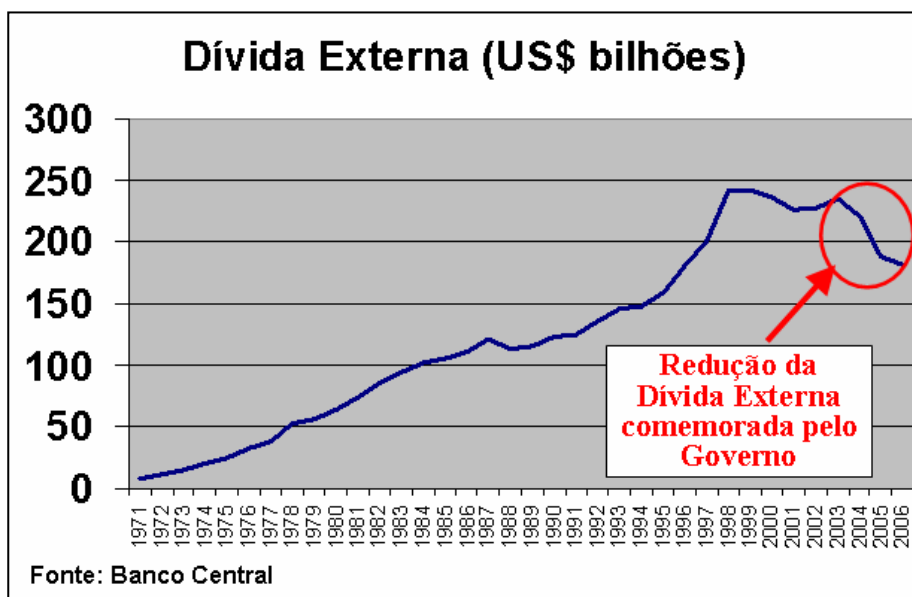
O governo tem feito estes pagamentos antecipados para propagandear que nossa vulnerabilidade externa estaria acabando. Porém, a realidade está bem distante desta propaganda. Em primeiro lugar, estes pagamentos antecipados constituem uma pequena parte da dívida externa, conforme vemos no gráfico ao lado.

Em segundo lugar, o governo continua emitindo títulos da dívida externa, e a taxas de juros mais altas que os títulos pagos antecipadamente¹. Enquanto os juros do FMI eram de cerca de 4% ao ano, e os dos “Bradies” 5,7%, os juros dos US\$ 14,3 bilhões de títulos emitidos desde janeiro de 2005 possuíram juros 8,5% ao ano em média.

Agravando a situação, todos os novos títulos da dívida externa emitidos a partir de 2003 trazem a “Cláusula de Ação Coletiva” (CAC). Esta cláusula transfere para o Foro de Nova Iorque a resolução de quaisquer controvérsias sobre a dívida, o que representa renúncia à soberania nacional. A CAC também permite que apenas os maiores credores (que detenham 85% da dívida) imponham sua vontade em uma

eventual renegociação da dívida, o que concentra o poder em poucos credores.

Em terceiro lugar, estes pagamentos antecipados representam, na verdade, troca de dívida externa por dívida “interna”, que possui os juros mais altos do mundo e prazos curtíssimos. Para dispor de dólares para pagar antecipadamente a dívida externa, o Banco Central (BC) tem comprado dólares no mercado.



Porém, quando o BC compra dólares, injeta reais na economia, o que, na visão do governo, causa inflação. Assim, para retirar este excesso de reais da economia, o governo emite títulos da dívida “interna”, em igual valor. De outubro de 2005 a julho de 2006, o Banco Central comprou US\$ 30 bilhões, o que implicou em uma emissão de cerca de R\$ 66 bilhões de títulos da dívida interna (considerando o câmbio de R\$ 2,2 por dólar). Não é à toa que a dívida interna apresenta crescimento explosivo, tendo crescido R\$ 107 bilhões apenas nos primeiros 7 meses de 2006.

Considerando que estes R\$ 66 bilhões de títulos sejam remunerados com a taxa de juros Selic, estas operações significam um custo anual de cerca de R\$ 10 bilhões, ou seja: duas vezes e meia todo o gasto com Reforma Agrária em 2005.

Outro artifício oneroso que o governo tem utilizado para propagandear uma suposta redução da vulnerabilidade externa é a chamada “operação de swap reverso”, feita pelo Banco

1

http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls

Central. O nome da operação é complicado, mas o princípio dela é bastante simples. Com estas operações, o governo troca dívida interna indexada ao dólar por dívida interna indexada aos juros mais altos do mundo. É tudo que os investidores estrangeiros querem, pois nestas operações, se o dólar cai, eles ganham a variação do dólar, além dos juros! Como o dólar tem caído (como resultado da especulação financeira internacional para ganhar os juros brasileiros) essas operações são o paraíso dos especuladores. E quem banca?

A resposta a esta pergunta pode ser encontrada no prejuízo do Banco Central no primeiro semestre de 2006: nada menos que R\$ 12,5 bilhões, ou seja, mais que o dobro dos gastos federais com educação no mesmo período! Contribuíram para este prejuízo as operações de *swap*, que atualmente somam mais de R\$ 30 bilhões. Todos estes prejuízos causados

aos cofres públicos merecem uma profunda auditoria.

Em suma: o argumento governista de redução da vulnerabilidade externa não se sustenta. Isto porque a dívida “interna” produz até mais vulnerabilidade que a dívida externa. Com a participação diária de investidores estrangeiros no mercado da dívida “interna” (para ganharem fácil com os maiores juros do mundo), a qualquer crise internacional estes investidores provocam fugas de capitais e grandes oscilações no câmbio, como observado no episódio da elevação dos juros americanos, em maio (ver artigo anterior).

Em suma: não é possível se falar em “fim da vulnerabilidade externa” sem o estabelecimento de controles sobre o fluxo de capitais, seja da dívida externa, interna, ou qualquer tipo de investimento.

Participe das Mobilizações de Setembro

Enquanto o FMI e o Banco Mundial fazem sua reunião anual, os movimentos sociais protestam no mundo inteiro

Em setembro, mobilizações irão ocorrer em diversos países do mundo, para demonstrar a ilegitimidade das instituições que hoje comandam o endividamento dos países do Terceiro Mundo. Confira as atividades, e participe em sua cidade.

Ações globais contra as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)

Representantes de movimentos e organizações da Sociedade Civil de mais de 50 países decidiram em comum acordo realizar em 2006 o chamado às ações globais contra as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs).

As mobilizações acontecerão de 14 a 20 de setembro de 2006, no mesmo período que ocorrerá a semana de reuniões anuais do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Singapura.

O objetivo é montar ações decisivas que chamem a atenção do mundo com relação à destruição e violação dos direitos humanos causados pelo FMI e Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento e as agências de crédito.

As ações identificarão temas e articularão exigências que refletem os impactos específicos destas instituições sobre cada país, e também se unirão para as seguintes exigências globais:

- A anulação imediata de 100% das dívidas multilaterais, como parte da anulação total das dívidas exigidas pelo Sul, sem a imposição de condicionalidades externas;
- Auditorias externas abertas, transparentes e participativas das operações de empréstimos e das políticas relacionadas com as IFIs, começando pelo Banco Mundial e FMI;
- Deter a imposição de condicionalidades e a promoção de políticas e projetos neoliberais.
- Deter o financiamento e colaboração das IFIs em projetos que destroem o meio ambiente, iniciando pelas grandes empresas de petróleo, gás e mineração, e implementar as principais recomendações do Exame de Industriais Extrativas (EIR).

No Rio de Janeiro, por exemplo, as mulheres do Comitê Popular de Mulheres do Rio de Janeiro vão realizar uma série de atividades de formação, panfletagem, etc. durante esta Semana de Ação

mundial contra o Pagamento da Dívida Pública, o FMI e o Banco Mundial.

Maiores informações sobre estas atividades estão disponíveis no telefone (11) 3112-1524.

Grito dos Excluídos e “Semana de mobilização contra o pagamento da Dívida Interna e Externa”

Na Semana da Pátria, dos dias 1 a 7 de setembro, realiza-se a “Semana de mobilização contra o pagamento da Dívida Interna e Externa”, que culminará no dia 7, quando estará sendo realizado nas principais cidades brasileiras o “12º Grito dos Excluídos”. O “Grito” busca denunciar o modelo político e econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas à exclusão social. Esta mobilização visa também tornar público, nas ruas e praças, o rosto desfigurado dos grupos excluídos, vítimas do desemprego, da miséria e da fome, e propor caminhos alternativos ao modelo econômico neoliberal, de forma a desenvolver uma política de inclusão social, com a participação ampla de todos os cidadãos. Confira a programação de sua cidade na página

<http://www.gritodosexcluidos.com.br/gritoBrasil/grBr25/ecosGrito42.pdf> .

Seminário “Internacionalização capitalista ou integração dos povos: para onde vai a América do Sul?”

O evento será realizado dias 18 e 19 de Setembro, em São Paulo, organizado pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos, e FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O Seminário tem por objetivo avaliar as iniciativas de integração e desenvolvimento para a América Latina, assim como estratégias de articulação e de resistência dos movimentos sociais e Ongs da região, e entre eles, para a construção de alternativas regionais. Este encontro representa uma das etapas preparatórias à “Cumbre para la Integración de los Pueblos” que se realizará os dias 6-10 de dezembro de 2006, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Para mais informações sobre o Seminário, visite a página www.rbrasil.org.br .

Formado o Conselho Político da Auditoria Cidadã

Desde março de 2006 dezenas de entidades implementam as ações da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida

Dia 16 de março de 2006, foi realizada a I Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, na qual estiveram presentes 42 pessoas, representando 30 entidades, que discutiram a atuação do Conselho, bem como a implementação de suas ações, especialmente as ações propostas no Seminário “Os Desafios da Dívida Externa e Interna para a Sociedade Civil”, realizado no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 2005.

A fim de aprofundar a discussão sobre as diversas propostas, foram formados quatro grupos, com foco nas áreas de “Estudos e Pesquisas sobre a Dívida Externa e Interna”, “Publicações Populares”, “Auditoria nos Estados” e “Mobilização Social”. Cada grupo definiu responsáveis, dentre os presentes, para a realização das tarefas. É importante ressaltar que a composição desses grupos é dinâmica e constantemente aberta à participação de mais pessoas e entidades dispostas a auxiliar na realização destas tarefas.

Representantes das entidades que estiveram presentes à reunião decidiram pela formação da Coordenação Colegiada do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, cuja atribuição será coordenar os trabalhos do Conselho Político e grupos específicos. Esta Coordenação é formada por 11 entidades sediadas em Brasília, e também está aberta à participação de mais entidades.

Desde então, a Coordenação Colegiada e os grupos de trabalho têm se reunido para executar as ações propostas pelo Conselho. Um exemplo é o primeiro jornal da Auditoria Cidadã, publicado em julho, com 4 páginas e uma tiragem inicial de 20 mil exemplares, e também disponível em meio magnético na página da Auditoria Cidadã (www.divida-auditoriacidada.org.br). Ele traz, em linguagem bastante acessível, as novidades sobre o tema, como os números da dívida e o pagamento antecipado ao FMI. O jornal também mostra os

lucros recordes dos bancos em 2005, e a falácia da “autosuficiência” brasileira em petróleo.

No que se refere ao grupo de “estudos e pesquisas”, dia 11 de maio foi realizada reunião na sede da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília, quando se discutiu as alternativas para a execução de Ações junto a Cortes Internacionais contra a Dívida. Estão em andamento outras ações, como a elaboração de cartilha para formadores, programas de rádio e atualização do vídeo, elaborado em 2002.

A Auditoria Cidadã também está aperfeiçoando a página na internet (www.divida-auditoriacidada.org.br) e disporá, a partir de setembro, de nova sede, em espaço cedido pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, no Edifício Venâncio 2000, em Brasília.

Em Setembro, a Auditoria Cidadã da Dívida estará participando da “Semana de mobilização contra o pagamento da Dívida Interna e Externa”, que culminará com o Grito dos Excluídos, dia 7 de setembro. Também participará das mobilizações no Brasil paralelamente à reunião anual do Banco Mundial e FMI, de 14 a 20 de setembro, que ocorrerá em Singapura (ver artigo anterior).

Dias 22 a 24 de Setembro, a Auditoria Cidadã também participará de Simpósio Internacional sobre Dívida Pública, promovido pelo Observatório Internacional da Dívida e a Campanha Jubileu Sul Américas, em Caracas, na Venezuela, evento no qual serão apresentados os estudos mais recentes sobre a problemática da dívida nos países do Terceiro Mundo.

Esperamos, com o Conselho Político da Auditoria Cidadã, articular a luta conjunta das entidades pela auditoria oficial da dívida, e pela conscientização da população brasileira sobre o tema, uma vez que a dívida nos afeta de todas as formas.